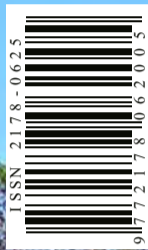


Revista **AgriMotor**

O agronegócio em destaque

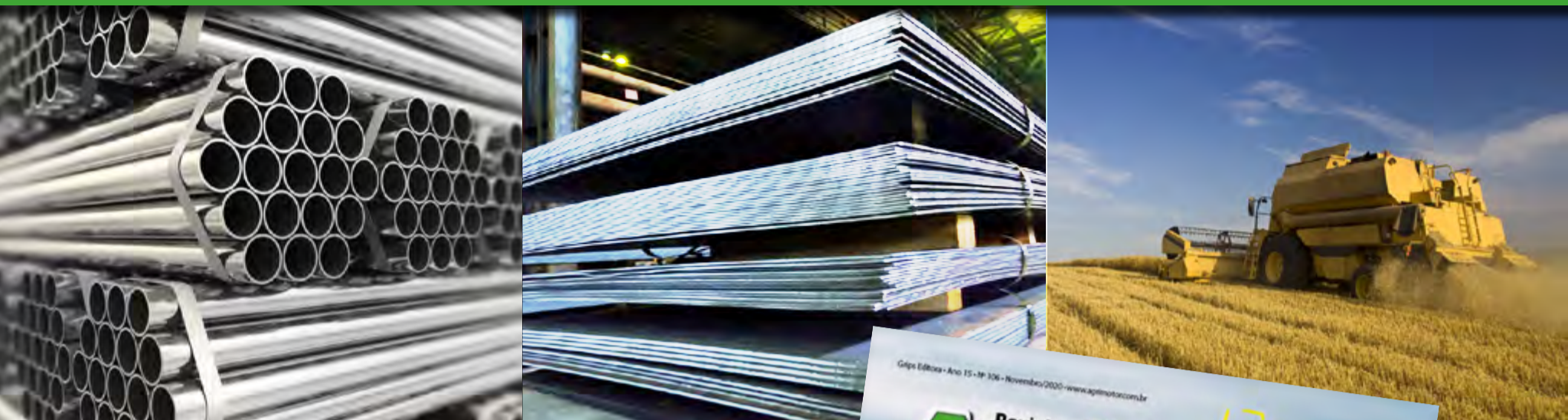


O AGRONEGÓCIO E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O agro brasileiro dá lições de sustentabilidade ao mundo

Irrigação no Brasil é opção estratégica

DIGITAL



Você ainda não fornece produtos e serviços para o agronegócio?

Fale diretamente para quem decide e aumente a sua possibilidade de novas vendas.



Anuncie nos mais eficientes canais de comunicação

Portal Agrimotor

Revista Agrimotor

www.agrimotor.com.br

Consulte-nos e surpreenda-se.



diretoria@grips.com.br

Fones: (11) 3811-8822 e (11) 9 9633-6164

4

EDITORIAL

AGRONEGÓCIO & MEIO AMBIENTE

O futuro do agronegócio depende da preservação ambiental



EVOLUÇÃO

O agro brasileiro dá lições de sustentabilidade ao mundo



POLÍTICA

Insegurança alimentar: Falta renda e não alimento



BALANÇO & PERSPECTIVAS

Crescimento acelerado

6



16

ESTIAGEM

Irrigação no Brasil: necessidade e opção estratégica

20



24

TECNOLOGIA

Mercado de máquinas agrícolas cada vez mais aquecido

28



32

JURÍDICO

Conflitos no agronegócio? Como escolher um árbitro

36



42

DESTAQUES

A preservação ambiental e o agronegócio



HENRIQUE ISLIKER PÁTIA
EDITOR RESPONSÁVEL

Houve um determinado período no Brasil no qual esses dois vocábulos não podiam ser pronunciados juntos, pois eram como água e óleo. Não havia jeito de se misturarem. No entanto, na década passada, passamos vários anos discutindo essa relação, com pressões políticas, idas e vindas a Brasília, reuniões, workshops, que geraram avanços e recuos de ambas as partes, até que se conseguiu após muitas horas de discussão a aprovação de Código Florestal Brasileiro que acabou sendo um dos mais bem elaborados Códigos Florestais do planeta.

Com ele, foram estabelecidas várias medidas para preservar e/ou restaurar o meio ambiente, ao mesmo tempo em que se criou condições para recuperar áreas degradadas e, principalmente, manter intactos alguns biomas fundamentais para o crescimento e, ao mesmo tempo, permitir que o homem do campo pudesse manter o seu negócio. Afinal, chegou-se à conclusão de que sem a preservação do meio ambiente não seria possível continuarmos desenvolvendo o agronegócio.

Demos largos passos com ideias novas como a criação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), a reconstrução das matas ciliares que circundam as fontes de água e que estivessem fora dos padrões mínimos exigidos no código, entre várias outras medidas. No entanto, há ainda muito a ser feito. E um dos problemas mais evidentes é a falta de fiscalização. Não há recursos hoje em dia para que, em um país-continente como o Brasil, consiga-se cuidar de tudo isso. Se não contarmos com auxílio de tecnologia de ponta, tais como aquelas que utilizam imagens de satélite e comunicação permanente entre os interessados, não iremos avançar. A participação e a colaboração de todos é fundamental no processo.

Mas tudo isso e mais um pouco é objeto da matéria de capa desta edição da Revista AgriMotor, na qual falamos com uma das maiores autoridades no assunto, que diz acreditar, sim, que é possível a perfeita comunhão entre os interesses dos dois lados, desde que, é claro, algumas lições de casa sejam feitas.

Em nossas páginas, nossos leitores encontrarão também várias reportagens para colocá-los a par de tudo que é importante no setor. Por exemplo, a Agricultura de Baixo Carbono, implantada há cerca de dez anos no Brasil, é uma das mais valiosas lições dadas ao mundo moderno de como conjugar agricultura com sustentabilidade. Mais uma vez, os conflitos do campo

são abordados em uma matéria sobre arbitragem. Tratamos ainda nesta edição da Segurança Alimentar, cujo dia mundial foi comemorado neste mês de junho. No Brasil, ao contrário do que acontece em outros países, o que não falta são alimentos, mas, sim, renda, situação que, aliás, foi agravada com a pandemia ainda reinante.

Acerca do tema, vale lembrar que, segundo previsões da Food and Agriculture Organization (FAO) – braço político da ONU voltado para a agricultura e alimentação –, até o ano 2050 haverá um crescimento de 47% na demanda mundial por alimentos, sendo o Brasil o principal produtor mundial destes. Por conta disso, apresentamos um trabalho realizado por um dos principais estudiosos do assunto ligado a Embrapa, sobre os caminhos da irrigação para aumentar nossa produtividade, sem a necessidade de expansão de área plantada.

E, falando ainda do futuro, trazemos também o balanço e as perspectivas do agronegócio brasileiro, com a boa notícia que acaba de ser divulgada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dando conta da incrementação dos valores destinados ao Plano Safra 21/22, que, por certo, nos aportará novos recordes de produtividade. Além de tudo isso, chamamos sua atenção para a atenta leitura da coleção de notícias envolvendo energia, exportações e outros assuntos, para que vocês, nossos leitores, se mantenham informados e atualizados sobre as últimas novidades do setor.

Continue nos prestigiando com seu acesso aos nossos múltiplos canais de comunicação digital, que, a cada dia que passa, vêm registrando expressivos aumentos nos números de pageviews, graças às suas visitas.

Boa leitura!

GRIPS
EDITORA

Ano 16 – nº 110 – Junho 2021

É uma publicação de propriedade da Grips Marketing e Negócios Ltda. com registro no INPI sob no 826584527.

Diretoria:

Henrique Isliker Pátia
Maria da Glória Bernardo Isliker
diretoria@grips.com.br

Coordenação de TI:

Versão Digital

Vicente Bernardo
vicente@grips.com.br

Coordenação jurídica:

Marcia V. Vinci - OAB/SP 132.556
mvinci@adv.oabsp.org.br

Produção:

Editor Responsável

Henrique Isliker Pátia - MTb-SP 37.567

Reportagens Especiais

Marcus Frediani - MTb 13.953

Comercial:

henrique@grips.com.br
marcia@grips.com.br

Projeto Editorial:

Grips Editora

Projeto gráfico e Edição de Arte / DTP:

Ana Carolina Ermel de Araujo
Tadeu Sakagawa

Capa:

Criação: Tadeu Sakagawa

Foto: Pixabay

Divulgação:

Através do site: www.agrimotor.com.br

Observações:

A opinião expressada em artigos técnicos ou pelos entrevistados são de sua total responsabilidade e não refletem necessariamente a opinião dos editores.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS:

Grips Marketing e Negócios Ltda.

Rua Cardeal Arcoverde 1745 – conj. 113 São Paulo/SP – CEP 05407-002

Tel.: +55 11 3811-8822 - www.agrimotor.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

O FUTURO DO AGRONEGÓCIO DEPENDE DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Questão de bom senso: agronegócio e meio ambiente podem, sim, viver em clima harmônico de união estável no Brasil. Caminhos e soluções não faltam.

Marcus Frediani

No mês em que se comemora o Dia do Meio Ambiente, a Revista AgriMotor traz uma entrevista exclusiva com Pedro Krainovic – doutor em Ciências de Florestas Tropicais, membro do Laboratório de Silvicultura Tropical (LASTROP) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP, e pesquisador “pós-doc” na mesma entidade de ensino, que fala sobre a intensa e nem sempre convergente relação entre agronegócio e meio ambiente. A boa notícia que ele traz, entretanto, é que é possível alinhar eficientemente os objetivos de ambos, e que há grandes chances de transformar esses embates em parcerias produtivas para o bem do Brasil.

Voltar para o Índice de Matérias

Pixabay

AgriMotor: Pedro, no aspecto técnico, qual a relação entre agronegócio e meio ambiente?

Pedro Krainovic: Bem, uma coisa não existe sem a outra. Considerando o meio ambiente como sendo os recursos naturais conservados, eu diria que o agronegócio depende das condições que ele oferece. Em outras palavras, o meio ambiente regula – por meio do seu provisionamento de água, as variações climáticas e os aspectos relacionados ao solo, ou seja, pela oferta de recursos ambientais –, as condições nas quais a base do agronegócio se desenvolve. Esse seria um aspecto técnico, no qual é evidente que o futuro do agronegócio depende da preservação ambiental.

E como é essa relação sob o ponto de vista da legislação?

No sentido de as terras agricultáveis ela é regida por uma série de exigências do Código Florestal, que precisam ser cumpridas. Por exemplo, dependendo do bioma, o código estabelece um percentual de reserva legal, com a observância e a manutenção das Áreas de Proteção Permanente, as APPs.

Na prática, o que o novo Código Florestal Brasileiro trouxe de bom para essa relação?

Por meio dele, o Congresso Nacional estabeleceu uma série de medidas para preservar ou restaurar o meio ambiente, ao mesmo tempo em que criou condições



para que os produtores rurais pudessem desenvolver suas atividades dentro da lei. À época da discussão do novo Código Florestal, temas como a manutenção das Áreas de Preservação Permanente, a possibilidade de soma das áreas de reserva legal e, ainda, a concessão de anistias foram bastante discutidos. Contudo, os aspectos mais relevantes talvez sejam o incentivo aos produtores rurais para que estes recuperem as áreas degradadas – por meio da conversão de multas ambientais em ações de recomposição da vegetação suprimida –, bem como à obediência aos limites legais de uso do imóvel rural, por meio do Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Contudo, ele tem arestas que precisam ser aparadas.

Quais, por exemplo?

A primeira, tem a ver com um problema bem antigo, que é a falta de braço do governo promover a fiscalização, porque isso demanda investimentos, coisa que a gente não vê, ou vê muito pouco. Já em termos ecológicos e de serviços ecossistêmicos, não se pode comparar um ambiente equilibrado e estabilizado ao longo do tempo com um plantio de reposição, que pode demorar décadas para atingir o mesmo ponto em termos dos mecanismos ecológicos ali presentes. Nesse caso, o que a gente costuma verificar é somente uma reposição da matéria-

prima retirada, mas não uma indenização geral pelo dano, ainda mais considerando que estes vão além da mera retirada da árvore, como, por exemplo, o tempo em que o solo permaneceu sem a vegetação e os impactos relacionados. Dá ainda para destacar a composição florística, a sucessão florestal, a propagação e atração de animais dispersores e polinizadores, a matéria orgânica do solo, estrutura do solo, fauna edáfica, infiltração de água no solo, controle da Erosividade, leia-se o poder intrínseco da chuva em causar erosão, que é um problema relacionado à proteção do solo. Então, isso tudo nos remete àquilo que mencionei no início desta resposta, que é pensar que a recomposição precisa ser assistida ao longo do tempo, no longo prazo, e isso demanda pessoal, e pessoal qualificado, além da fiscalização.

E qual o papel e o grau de dificuldade de fazer a compensação?

A compensação traz um aspecto qualitativo ao se preocupar com o dano relacionado a determinadas espécies, que devem ser implantadas em uma área a ser definida. Esse mecanismo já mostra maior preocupação, porém ainda se encaixa no aspecto de acompanhamento de longo prazo, o Código Florestal estabelece a destinação de 20% dos imóveis rurais localizados nos biomas Mata Atlântica e

Cerrado para formação de Reserva Legal, sendo que, na realidade, grande parte dos imóveis rurais do estado de São Paulo, por exemplo, já não dispõe de vegetação suficiente para o cumprimento dessa obrigação. Nesses casos, a legislação prevê duas alternativas: a recomposição ou regeneração da reserva no interior do próprio imóvel ou compensação em imóveis de terceiros.

Mas isso não deveria se tornar óbvio a partir da análise do Cadastro Ambiental Rural?

O CAR possibilita ao Estado monitorar a situação das propriedades via imagens de satélite, utilizando ferramentas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. Porém, ele também tem arestas que precisam ser aparadas. Uma delas seria o funcionamento da máquina pública na análise da declaração do CAR, dificultada pela falta de pessoal qualificado e de estrutura, padronização dos formatos utilizados na declaração, sobreposição de cadastros, disponibilidade de módulos para populações quilombolas, indígenas e por aí vai. Não se vê, ou se veem muito poucos movimentos no sentido da desburocratização, modernização e capacitação dos órgãos responsáveis. Esse contexto levou à contínuas prorrogações das datas limites de cadastro e muito

custo, enquanto o atingimento do principal objetivo, que é o monitoramento do uso do solo e a recuperação de áreas com passivos continua aquém do planejado. E isso não para por aí. A partir do momento que o crédito rural ou crédito de maneira geral se condiciona à existência do CAR, isso também abre a necessidade de fiscalização por parte do governo, que sabemos, repetindo o que eu já disse, não está sendo colocado em prática por falta de pessoal e de recursos. Então, a questão do desmatamento ainda é um problema a ser equacionado.

Tudo isso faz a gente pensar: tem jeito de o Brasil aumentar sua capacidade de produção sem ferir o meio ambiente?

Tem jeito, sim. Em primeiro lugar, o Brasil tem áreas abertas o suficiente para expandir sua fronteira agrícola, e ainda restaurar a vegetação em uma quantidade enorme de terras. Segundo a Embrapa, só na Amazônia, há 17 milhões de hectares cortados, desmatados e abandonados, que poderiam se tornar terras produtivas, seja pela agricultura, seja por modelos produtivos de restauração florestal. Outra coisa é que é praticamente consenso entre pesquisadores e profissionais que trabalham com meio ambiente, e que já enfatizei no início dessa nossa conversa, é que o futuro do agronegócio depende da preservação ambiental.



Foto: Ag.Pará

E qual a resposta para transformar teoria em prática tendo em tela essa premissa?

Bem, a resposta precisa passar por ciência e tecnologia, mas também precisa abranger as vontades e os mecanismos políticos, por meio de incentivo à agricultura familiar, regulação dos métodos cultivo e manejo – por exemplo, o uso de agrotóxicos – e, de novo, a fiscalização. E, claro, para ter acesso a esses incentivos, também se faz necessária uma maior organização e melhor capacitação de cooperativas agrícolas de baixo e médio porte. Falo da capacitação porque a existência de agricultores que não têm preocupação alguma com a sustentabilidade ou com o longo prazo, faz com que encontrar soluções para o problema passar pela

questão do incentivo à educação, à cultura e à formação técnica adequada.

Objetivamente, em termos de caminhos a serem seguidos para a conquista da sustentabilidade, quais seriam, na sua opinião, as melhores rotas?

Em termos científicos e tecnológicos, vejo duas grandes esferas que precisam ser trabalhadas. A primeira diz respeito à necessidade da realização de estudos de base para avanço do conhecimento. Aí, posso dar como exemplo a principal agenda da década para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, a restauração florestal, que pode, sim, ter valor agregado a partir do conhecimento dos critérios técnicos, que cobrem



"O desmatamento leva diretamente ao aquecimento global, que torna o clima mais instável e aumenta a frequência de extremos"

**Pedro Krainovic
ESALQ/USP**

tanto os critérios ecológicos quanto os econômicos. Exemplo disso é a silvicultura de espécies nativas produtoras de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Entre outras coisas, faz-se necessário o estabelecimento de um programa de P&D para conhecer melhor esses aspectos das espécies nativas brasileiras, tanto da Floresta Atlântica e da Amazonia quanto em outros biomas. Com essa base técnico-científica, será possível trabalhar a restauração florestal, bem como produzir e atingir objetivos de sustentabilidade.

Mas você mencionou duas esferas: qual é a segunda?

Então, a segunda esfera que preciso destacar é a do incentivo à adoção de tecnologias e saberes já criados, já estudados. Para tanto, faz-se necessário um programa de incentivo maior à agricultura familiar, reconhecidamente uma agricultura de baixo impacto ambiental e com alto potencial de geração

de renda e emprego, que, aliás, já é responsável por grande parte da alimentação do povo brasileiro. Além disso, é preciso ampliar a adoção de sistemas consorciados, de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e de integração lavoura/pecuária/floresta, além de outros sistemas mais sustentáveis. Outro exemplo que posso fornecer

– dessa vez considerando as práticas utilizadas em larga escala – são as ferramentas tecnológicas de Agricultura de Precisão. Embora já utilizadas, ainda são escassos os exemplos do uso delas.

Como elas podem ajudar?

De muitas formas. Uma tecnologia a partir do uso de imagens de satélite e de outras tecnologias geoespaciais, por exemplo, considera as características específicas da variação ambiental de uma propriedade, utilizando as medidas corretas de manejo, tais como o manejo do solo com fertilizante ou correção do pH, sem excessos ou falta, evitando assim a transferência de quaisquer resíduos para outros lugares que não a cultura de interesse.

Entre outras coisas, isso, com certeza, valoriza a questão da preservação ambiental.

É isso. A partir do momento em que o meio ambiente regula as condições nas

quais a base do agronegócio se desenvolve, a conservação assume papel fundamental. E a partir do momento em que o ambiente agrícola tem água de qualidade, com a manutenção do regime de distribuição das chuvas, sem necessidade e custos com tratamento, passa a ter perenidade de água garantida pelas florestas nas bacias hidrográficas, sem longos períodos secos. Adicionalmente, passa a ter solos férteis com sua fauna edáfica biodiversa, e tem biodiversidade de maneira geral. Além disso, os cultivos, mesmo aqueles com maior grau de melhoramento genético e seleção, se favorecem em produtividade e em ambientes com maior controle natural de pragas.

Porém, o desmatamento, problema ainda sério no Brasil, acaba prejudicando todo esse equilíbrio. Quais os principais argumentos que atestam essa constatação?

Eles não são difíceis de descrever. Com o desmatamento, o ambiente se desequilibra, afetando a umidade, temperatura, com efeitos diretos na ação de polinizadores e na ocorrência de espécies benéficas à manutenção do equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, da produtividade. No Brasil, por

exemplo, a regulação do clima depende muito do que acontece na Floresta Amazônica, que tem a maior bacia hidrográfica do mundo, com processo de evapotranspiração que contribui enormemente para o regime de chuvas no Brasil, atuando diretamente na formação de nuvens. E as altas taxas de desmatamento reportadas levam a uma projeção desanimadora do que pode acontecer na porção brasileira de maior produção.

Isso, sem falar da questão do famigerado aquecimento global, não é mesmo?

O desmatamento leva diretamente ao aquecimento global, que torna o clima mais instável e aumenta a frequência de extremos, como ondas de calor e estiagens e chuvas em excesso. E temos, ainda, os riscos adicionais criados pela devastação das florestas, que, ao deixarem de proteger o solo geram impactos como a falta de





Foto: Fernando Frazão/ Agência Brasil

por envenenamento a desorientação durante o voo. E na contramão disso, segundo o Relatório Temático sobre Polinização, Polinizadores e Produção de Alimentos no Brasil, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), 60% das culturas depende desses polinizadores. Ou seja, em termos de resultados de safra, cerca de 25% da

reposição da água nos lençóis freáticos e o processo de erosão e poluição dos rios. Se a gente conseguisse resolver isso, o produtor rural se favoreceria diretamente ao conseguir planejar sua safra com maior segurança e maior produtividade, diminuindo os riscos associados.

Falando em riscos, em que proporção o uso desenfreado de agrotóxicos e defensivos agrícolas afetam o meio ambiente?

É difícil mensurar e falar sobre uma proporção exata. O que se sabe é que o uso de agrotóxicos afeta principalmente os cultivos que dependem da polinização, já que os animais polinizadores – as abelhas, os besouros, as borboletas, as vespas e até as aves e morcegos – são fortemente afetados por alguns tipos de inseticidas e até por herbicidas usados contra pragas em lavouras, ocasionando desde mortes

produção nacional é dependente de polinização. Então, com esses números, fica fácil entender o tamanho do problema.

Em mesmo quem não faz uso massivo de agrotóxicos acaba saindo prejudicado nessa história?

A resposta é: sim. No caso de culturas vizinhas, não existe um controle de aplicação que possibilite o não espalhamento desses produtos no ambiente. Por isso, muitas vezes, as culturas adjacentes são impactadas negativamente, causando grandes prejuízos econômicos. Além disso, existe uma falsa impressão de que o aumento de produção esteja atrelado ao uso de agrotóxico: na verdade, o aumento de produção tem alta correlação com aumento do aparato tecnológico, principalmente quando se fala em commodities. 🌱

INVISTA NO AGRONEGÓCIO



DIVULGUE A SUA MARCA NO SEGMENTO ECONÔMICO ONDE OS NEGÓCIOS ACONTECEM

- O Agronegócio Brasileiro é o maior consumidor de produtos e serviços de todas as naturezas.
- Não fique fora deste imenso mercado.



Esteja conosco na próxima edição

Revista
AgriMotor
O agronegócio em destaque

www.agrimotor.com.br
diretoria@grips.com.br

Irrigação no Brasil: necessidade e opção estratégica

A FAO - Food and Agriculture Organization - que é o braço político da ONU voltado para a agricultura e alimentação, prevê que a demanda por alimentos no mundo crescerá em 47% até o ano 2050. Para atender a esta demanda, já que somos um dos principais produtores mundiais, deveremos gerenciar a utilização da água em todas as suas etapas.

Luís Henrique Basso*

A irrigação foi a causa da crise hídrica que ocorreu no Brasil em 2014-2015? Ela pode ser a causa de uma nova crise em 2021? A ciência pode ajudar a compreender a situação, motivo de debates e controvérsias.

No Brasil, 49,8% da água captada de fontes hídricas é utilizada para a irrigação, segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Entretanto, a frase "a irrigação consome 70% da água" foi amplamente divulgada há alguns anos e poderá voltar às manchetes. Mas esse número se refere a uma estimativa

sobre o uso de água pela agricultura em escala mundial e, de forma equivocada, tem sido lembrado e utilizado.

A analogia com o olhar sobre o copo d'água “meio cheio” ou “meio vazio” pode ajudar a compreender o que representa a agricultura irrigada ou, simplesmente, a irrigação, num País onde o campo é fundamental para a atividade econômica, social e ambiental.

A agricultura é uma atividade de risco e a irrigação implica em maior custo de produção, mas ao mesmo tempo pode diminuir o risco e aumentar o lucro, uma vez que sua prática é necessária em regiões onde a demanda de água pelas plantas supera o regime de chuvas. A irrigação pode ser também uma opção estratégica em outras regiões, para garantir a produção em caso de veranicos, ou mesmo para aumentar a produtividade.

É fato que a agricultura é a maior usuária de água no mundo. Segundo as Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil (IBGE e ANA), em 2017, para cada R\$ 1,00 de valor adicionado bruto gerado pelas atividades econômicas no Brasil foram utilizados 6,3 litros de água. Se somarmos agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, a relação atinge 96 litros para cada R\$ 1,00.

O Atlas da Irrigação (ANA) mostra que temos 8,2 milhões de hectares irrigados;

a participação da irrigação no valor da produção agrícola pode chegar a 100% em muitos municípios brasileiros e, em alguns deles, o valor total da produção agrícola é de centenas de milhões de reais. A produtividade de um cultivo irrigado supera em 2 a 3 vezes o cultivo sem irrigação. Há a possibilidade de aumento da área irrigada brasileira em 55,9 milhões de hectares e aí surge a questão, quanto deixaríamos de produzir sem irrigação, ou ainda, quanto deixaremos de produzir se não aumentarmos a área irrigada?

A maior parte da água utilizada (e não consumida) na agricultura volta para a atmosfera pela evaporação e pela transpiração que ocorre nas plantas. Outra parte dela fica armazenada no solo e nas fontes hídricas. É o ciclo hidrológico. Mas uma “terceira parte” da água está presente na matéria-prima vegetal que processamos ou transformamos e nos alimentos que consumimos. Portanto, ao desperdiçarmos alimentos, também desperdiçamos água.

A disponibilidade de água em uma região pode variar ao longo dos anos, podendo atingir a escassez, a qual pode ser física (não há água disponível), econômica (há água disponível, mas não há infraestrutura para o seu uso) e institucional (existem água e infraestrutura, mas a água não pode ser utilizada). No entanto, a preservação de

água feita com critérios pode minimizar a possibilidade de ocorrer a escassez física.

A FAO prevê um aumento de 47% na demanda mundial por alimentos até 2050. Assim, a irrigação no Brasil deve contribuir para aumentar a produção de alimentos, mas deve melhorar a sua eficácia (o que fazer) e sua eficiência (como fazer). E temos tecnologia para isso.


Em determinadas situações, pode-se aplicar água em quantidade menor que uma cultura agrícola necessita. É a irrigação com déficit, que ao ser utilizada com critérios técnicos pode ser uma estratégia interessante, em condições de restrição ou escassez de água.

A automação pode ajudar no manejo da irrigação (quando e quanto irrigar) e a ligar e desligar um sistema de irrigação (como irrigar). O sistema de informação geográfica, a agricultura de precisão, a agricultura digital, a tecnologia da informação e a conectividade também podem auxiliar a melhorar a gestão da irrigação em áreas agrícolas de diversos tamanhos. Mas devemos aumentar e melhorar a capacitação do setor agrícola,

para que isso ocorra de forma mais intensa.

Devem ser incentivados e aprimorados ainda o uso de águas residuárias e efluentes para suprir em algumas situações as necessidades hídricas das plantas, diminuindo a retirada de água de suas fontes, além da substituição da energia empregada na irrigação e proveniente de usinas hidroelétricas pela energia solar e energia eólica.

Porém, qualquer solução e tecnologia devem complementar o conhecimento agrônomo, que é a base para o uso eficaz e eficiente da irrigação. Até o plantio de cultivares mais tolerantes à seca pode contribuir para reduzir o volume de água utilizado na produção agrícola.

A crise hídrica pode levar os agricultores a mudanças nas práticas de irrigação e, quando isso ocorrer, a sociedade precisa ser informada sobre tais atitudes. Dessa forma, a divulgação de informações em relação à agricultura irrigada poderá ser pautada a partir de dados e fatos e a percepção do copo d'água ocorrerá a partir de um olhar científico. Temos tecnologia e conhecimento para isso! 

***Luís Henrique Basso** é pesquisador da Embrapa Instrumentação em São Carlos - SP. É engenheiro agrônomo e desenvolve trabalhos de pesquisa e desenvolvimento em agricultura irrigada e agricultura de precisão. Também é professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP em Botucatu - SP.
instrumentacao.imprensa@embrapa.br



O AGRO BRASILEIRO dá lições de sustentabilidade ao mundo

A implementação da agricultura de baixo carbono no Brasil com amplo e absurdo sucesso dá uma lição ao mundo de como estamos preocupados com o futuro agroambiental e nos preocupamos com o planeta sustentável.

Xico Graziano*

Nada é tão inovador, na agenda global do clima, como o programa brasileiro intitulado “Agricultura de Baixa Emissão de Carbono”. O apelidado “Plano ABC” traça a rota do futuro agroambiental do país e dá uma lição ao mundo sustentável.

Sua revolucionária formulação cabe à Embrapa. Apresentado inicialmente em 2009, na COP 15 sobre Mudança de Clima (Copenhague, Dinamarca), o Plano ABC serviu de base para o Brasil apresentar, em 2015, suas metas ambiciosas no Acordo do Clima de Paris. Qual é sua novidade, e de onde vem sua força?



Da estratégia de combate às mudanças climáticas por meio do sequestro de carbono da atmosfera. Entender isso é fundamental. Todos os países propõem reduzir emissões de GEE (gases efeito-estufa), cortando o uso de combustível fóssil, principalmente petróleo e carvão mineral.

Mas, se o problema central, segundo a teoria do IPCC/ONU, é o acúmulo de CO² na atmosfera, na equação do clima vale também retirar gás carbônico do ar. Pois bem. Por meio da fotossíntese, um maravilhoso fenômeno bioquímico, as plantas crescem absorvendo CO² e liberando oxigênio ao ambiente.

Árvores, assim, armazenam carbono em seus tecidos lenhosos. Assim como gramíneas o fazem, especialmente em suas longas raízes. Baseados nesse

princípio, os pesquisadores da Embrapa calcularam o efeito benéfico, na equação climática, da transformação de velhas pastagens, degradadas, em novas pastagens.

O resultado é surpreendente. Milhões de toneladas de carbono acabam fixadas ao solo pelo revigoramento das gramíneas. O raciocínio vale também para lavouras. O acúmulo de matéria orgânica no solo passou a ser um drive da sustentabilidade rural.

No Acordo do Clima (Paris, 2015), a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil estabeleceu, entre outras, as seguintes metas: recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; aumentar a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em quatro milhões de hectares; ampliar a utilização do Sistema Plantio Direto (SPD) em oito milhões de hectares; e expandir a área com florestas plantadas em três milhões de hectares.

A roda começou a virar. Um conjunto de sete ações, constituídas por práticas agropecuárias sustentáveis, serviu de base para a formulação do programa de financiamento dessa transição da agricultura. Um balanço atual, realizado pelo Ministério da Agricultura, mostra

que o padrão ABC já atinge 52 milhões de hectares – cerca de 75% da área cultivada do país.

Na contabilidade do carbono, foram mitigados 170 milhões de toneladas de CO² equivalente, ultrapassando a meta da NDC brasileira em 115%. É sensacional. Comprova, inequivocamente, o avanço agroambiental no campo, cujo pilar é o revolucionário SPD, que dispensa aração e gradeação das áreas de plantio.

Empolgada, a ministra Tereza Cristina lançou no último mês o Plano ABC+, para balizar a década 2020/2030. Afirmou que “seguiremos aliando segurança alimentar à conservação ambiental. É viável e rentável”. Um desejado casamento da agronomia com a ecologia.

Quando, em 2018, Jair Bolsonaro afirmou que romperia com o Acordo do Clima, muitos de nós reagimos fortemente para mostrar ao ainda candidato que a agenda do baixo carbono interessava ao futuro da agropecuária brasileira. Fortaleceria nossa competitividade e assim tem ocorrido.

Infelizmente, poucos formadores de opinião – políticos, jornalistas e influencers –

conhecem os resultados positivos trazidos pela implementação da agricultura de baixo carbono no Brasil. A maioria ainda enxerga o campo com os olhos do passado. Daí surge um grave problema de comunicação, que macula a imagem do agro.

Modernos e competentes agricultores brasileiros, que investem em tecnologias sustentáveis e levam o país a disputar a liderança mundial do agronegócio, são confundidos com os criminosos que praticam o desmatamento ilegal da Amazônia. A maioria correta paga o mico dos cafajestes.

Não coibidas como deveriam ser, pelo governo, e não condenadas como poderiam ser, pelos líderes do próprio setor, as práticas rurais antiecológicas de uma minoria abrem brechas para o ataque, interno e externo, contra o agro brasileiro. Lamentável.

Na recente Cúpula do Clima, bastaria Bolsonaro mostrar os fatos. Nenhum setor nacional, nem qualquer país do mundo, contribui mais para mitigar mudanças do Clima que o agro brasileiro. O resto é discurso. 🌱

***Xico Graziano** é engenheiro agrônomo, doutor em Administração, professor de MBA na FGV e membro do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS).





Volte para
o Índice de
Matérias

pixabay.com

Mercado de MÁQUINAS AGRÍCOLAS cada vez mais aquecido

No início do ano, após pesquisas realizadas já se previa que haveria um forte aquecimento do setor principalmente pela modernização tecnológica que a cada dia é mais exigida dos empresários do setor.

João Carlos Marchesan*

A indústria de máquinas e implementos agrícolas iniciou o ano de 2021 aquecida. No primeiro trimestre deste ano registrou alta na sua produção física de 40,3% em relação ao valor registrado no mesmo período do ano passado, segundo dados publicados pelo IBGE na sua pesquisa industrial mensal (PIM-PF). As altas nos preços das commodities, a nova safra recorde, o real desvalorizado, entre outros fatores têm estimulado os investimentos no campo na busca por ganho de produtividade.

Podemos afirmar que o quadro de recuperação iniciou no final do segundo trimestre de 2020 e manteve-se pelos trimestres seguintes o que permitiu ao setor, ainda em 2020, registrar crescimento de 6,3%. Mantido o atual volume de produção, devemos registrar aumento de mais 20% em 2021. Crescer quase 30% em apenas dois anos é um número muito positivo para indústria de máquinas e implementos agrícolas.

A mecanização do campo não se traduziu em aumento do desemprego, ao contrário, o forte aumento da demanda por máquinas elevou a contratação de mão de obra em mais de 18% nas indústrias fabricantes de máquinas e implementos. O quadro de pessoal que em março de 2020 era de 45.160 pessoas em março de 2021 já estava em 53.715 pessoas.

Um indicativo de que o cenário deve manter-se aquecido é o número de semanas para atender os pedidos em carteira que se elevou em 30% nos últimos 12 meses. O nível de utilização da capacidade instalada também se elevou, em março de 2021 chegou a 75,3% contra 71,34% em 2020. Aumento médio anual de 5,6%. Isso é um bom sinal, porque a melhora deste segmento tende agora a se espalhar por outros setores da economia na medida em que ele mesmo tende a expandir ou modernizar suas operações para atender ao aumento de demanda.

Pesquisa realizada no início deste ano, com fabricantes de máquinas e equipamentos já previa forte expansão nos investimentos, não só reposição de bens depreciados, mas, principalmente, para modernização tecnológica e ampliação da capacidade industrial.

As importações brasileiras de máquinas agrícolas também registraram alta no primeiro trimestre do ano na comparação com mesmo período de 2020 (12,9%), mas tratam-se, na sua maioria, de aquisição de bens não produzidos localmente. O setor de máquinas agrícolas nacional se destaca internacionalmente pela inovação tecnológica. É um dos setores da indústria de máquinas que mais contribuem com superávit na balança comercial brasileira.

O cenário de crescimento na produção e emprego do setor deve-se à colheita recorde de grãos na safra 2020/21, às boas expectativas para a temporada 2021/22, à elevação do preço de commodities como soja e milho no mercado internacional, aliados à alta do câmbio. Fatores que promoveram o incremento da rentabilidade dos agricultores. Mais capitalizado, o agronegócio está investindo na atualização das máquinas. Enquanto esses fundamentos se mantêm favoráveis,

"O mercado de máquinas agrícolas está aquecido como poucas vezes na história."

a produção e vendas devem continuar fortes. Inclusive durante todo o ano de 2022.

Esses resultados mostram que a pandemia pouco afetou o setor de máquinas agrícolas. Os

pontos de atenção estão relacionados à falta de matéria-prima e componentes no geral e no aumento excessivo do preço de insumos, como o aço, alumínio, plástico entre outros. Ainda que o desabastecimento de matéria prima e insumo não tenha provocado paralisação de fábricas, tem obrigado fabricantes a renegociar com os clientes.

O mercado de máquinas agrícolas está aquecido como poucas vezes na história. O Brasil se tornou um grande fornecedor de alimentos para o mundo. Temos ótimas perspectivas para o médio e longo prazo. Vamos trabalhar com atitude, positividade, protagonismo e otimistas para atender as demandas que virão nos próximos meses. 🚲

***João Marchesan** - Administrador de empresas, empresário e presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.



Voltar para
o Índice de
Matérias

Foto: Valmir Fernandes/Coletivo Marmitas da Terra

Insegurança Alimentar: Falta renda e não alimento

O principal motivo da insegurança alimentar não é a baixa produção de alimentos. Afinal o Brasil está entre os “TOP 5” do mundo em cerca de 30 produtos agrícolas. O que falta é emprego e renda.

Ciro Rosolem*

Em 7 de junho foi celebrado o Dia Mundial da Segurança Alimentar. A data foi estabelecida pela ONU em 2018 com objetivo de inspirar ações que ajudem a prevenir, detectar e gerenciar riscos de origem alimentar, contribuindo para segurança alimentar, saúde, direitos humanos, prosperidade econômica, agricultura, acesso a mercados, turismo e desenvolvimento sustentável.

Mas o Brasil é o celeiro do mundo. Produzimos o suficiente para um bilhão de pessoas, e temos pouco mais de 200 milhões vivendo aqui. Muito se fala do crescimento e sucesso da agricultura brasileira. Afinal somos top 5 no mundo em 30 produtos agrícolas. Realmente

estávamos indo muito bem. Em 2014 havíamos, pela primeira vez, saído do mapa da fome das Nações Unidas. Foi uma conquista do desenvolvimento agrícola, produzindo alimentos mais baratos, em conjunção com políticas públicas de auxílio direto aos vulneráveis. Entretanto, a partir daí, segundo o IBGE, a insegurança alimentar grave voltou a crescer, bastante, 8% ao ano. Consequência da estagnação econômica, e não da falta de comida. Entre 2011 e 2020 o setor de serviços cresceu 1,5% e a indústria encolheu 12,8%. No mesmo período a agropecuária cresceu 25,4%.

Agora, com os problemas agravados pela pandemia, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, ao final de 2020

praticamente metade da população brasileira sofria algum grau de insegurança alimentar. Quase 20 milhões de brasileiros padeciam de insegurança grave, ou seja, fome mesmo. O mais interessante é que, tanto no mundo como no Brasil, a insegurança alimentar é bem maior no campo que nas cidades. Principalmente entre pequenos agricultores em terras marginais. A fome no celeiro.

Tudo isso aparece com muita clareza na grande vitrine que são os supermercados, pois a carne subiu, o feijão subiu, o arroz subiu, a verdura está pelo olho da cara, e assim por diante. Aparentemente a agricultura é uma das vilãs da insegurança alimentar. Ora, se produzimos muito, exportamos bastante, porque os brasileiros




Pexel

estão sofrendo essa insegurança alimentar? Culpa da agricultura de exportação? Do poder econômico? Não mesmo! Só um exemplo: nos últimos dez anos cresceu a oferta de arroz, mesmo com redução de quase 50% na área cultivada, preservando o ambiente. Um estudo recente do Instituto Millenium detalhou diversos efeitos positivos do crescimento da agropecuária na geração de empregos e renda, além de redução das desigualdades.

Por diversos motivos, os produtos agrícolas estão mais caros ultimamente. O problema é que poucos olham para traz e percebem quanto tempo os preços cresceram menos que a inflação. Com todos os reajustes ocorridos, segundo o DIEESE, em 2000, um salário mínimo comprava 1,28 cestas básicas, em 2021 compra 1,58. Ou seja, com todos esses aumentos, a agricultura brasileira ainda está produzindo alimentos relativamente baratos. Os preços dos alimentos cresceram menos que o valor do salário mínimo.

Então qual o problema real, e como resolvê-lo? Não é simples, mas já aprendemos algumas coisas. O principal

motivo da insegurança alimentar é falta de renda, não de alimento. Embora políticas públicas de transferência direta de renda sejam importantes em determinados momentos, ficou claro que não se constituem em solução. Não diminui a dependência, é paliativa. Onde a agricultura tecnológica, organizada, cresceu, melhorou o nível de emprego e renda da população. Então, contra a insegurança alimentar o remédio é emprego. No Brasil, quando a economia parou, aumentou a insegurança.

Pasmem, a insegurança é maior entre os agricultores familiares, que recebem 70% das subvenções governamentais para o setor agropecuário. Algo não está funcionando bem, mais uma vez parece que o dinheiro não está sendo bem empregado. É que não basta dar terra. É preciso ensinar a produzir. Assistência técnica de qualidade, sem ideologias, sem política. E, infelizmente, temos visto o setor de assistência técnica pública encolher. Veja-se o exemplo do Estado de São Paulo, com o desmantelamento da CATI, que cuidava do assunto. 

***Ciro Rosolem** é vice-presidente de Comunicação do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS) e Professor Titular da Faculdade de Ciências Agrícolas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCA/Unesp Botucatu).



Foto: Divulgação

Conflitos no AGRONEGÓCIO? Como escolher um árbitro

O que as partes envolvidas devem fazer quando optarem pela arbitragem na solução de disputas

*Luiz Felipe Calábria Lopes

O campo começa a recorrer à arbitragem para a solução de conflitos. Ainda subutilizada, ela tem crescido nos últimos anos. De acordo com o Relatório Anual 2019 do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, 3% das arbitragens iniciadas no Centro naquele ano vieram do setor do agronegócio. “Considerando a totalidade das arbitragens daquele Centro, o percentual das demandas do agronegócio corresponderia a conflitos envolvendo R\$ 225 milhões, que são resolvidos em menos tempo do que no Judiciário”, diz o advogado Luiz Felipe Calábria Lopes, do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink.

Ele esclarece que a solução dos conflitos extrajudiciais dura, em média, 18,4 meses, segundo o estudo Arbitragem em Números e Valores 2020. No processo judicial, o tempo gasto, nas 1ª e 2ª instâncias, é de aproximadamente 72 meses. Outra vantagem é a possibilidade de os envolvidos escolherem o julgador. “Isso



Pexels

al é recorrer, de acordo com ele, a um tribunal arbitral, com especialidades diferentes.

“Em regra, recomendamos que ao menos um dos árbitros tenha formação jurídica, para que o procedimento respeite os direitos de todas as partes à ampla defesa e o contraditório”,

contribui bastante para uma solução tecnicamente acertada, pois, ao contrário do processo judicial, no qual o julgador é um generalista, na arbitragem as partes podem optar por um especialista no objeto da controvérsia”, afirma.

Mas como escolher um árbitro? Luiz Felipe Calábria esclarece que nos casos mais simples, pode-se optar pela indicação de apenas um, nomeado em conjunto pelas partes, ou, na falta de consenso, pela câmara de arbitragem que administra o procedimento. “Existem boas instituições no Brasil, algumas delas específicas para conflitos do agronegócio, como a Câmara de Arbitragem e Mediação do Agronegócio e a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil.” Nos casos mais complexos, o ide-

diz o advogado. Ele acrescenta que em contratos internacionais é importante que os profissionais tenham fluência na língua em que estão sendo redigidos os documentos (ou na qual serão ouvidas testemunhas) e familiaridade com as leis aplicáveis àquele contrato. “É preciso verificar, em cada caso, qual a origem do conflito. Se for um desentendimento na interpretação do contrato, sugere-se a nomeação de advogados. Se for uma questão contábil, contadores. Se for uma questão econômica, economistas. Se for uma questão técnica do agronegócio, engenheiros agrônomos, biólogos ou outros profissionais”, explica.

A arbitragem, segundo Luiz Felipe Calábria, pode ser aplicada a todo tipo de conflitos envolvendo contratos – bancários, fornecimento, compra e venda etc. Ela é bastante usada em contratos

internacionais, sendo o método preferido na solução de disputas em 97% dos casos, conforme relatório da Universidade Queen Mary (ano base 2018).

O advogado lembra que este meio de resolução de conflitos existe no Brasil há mais tempo, mas que seu uso se tornou

mais frequente com a publicação da Lei de Arbitragem em 1996, em especial após sua validação pelo Supremo Tribunal Federal, em 2001. “Hoje, a arbitragem é comum em contratos de infraestrutura e públicos, e em operações de fusões e aquisições societárias.”

***Luiz Felipe Calábria Lopes**, é um dos advogados especializados em ações envolvendo conflitos e arbitragem do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink.



Foto: Divulgação

SEJA UM INVESTIDOR SOCIAL, DECLARE SOLIDARIEDADE

QUEM PODE DOAR?

PESSOA FÍSICA
que apresente a Declaração de Imposto de Renda (DIRPF) no formulário completo, que apure imposto a pagar ou tenha direito a restituição.

Se houver imposto a pagar: Serão gerados dois DARF's: um para o Tesouro Nacional e outro para destinação. O valor destinado será abatido do que você deveria pagar de imposto.

Se tiver restituição: Será gerado apenas um DARF com o valor da destinação. O valor destinado será somado à sua restituição atualizado pela Taxa Selic.

Lembre-se: Em ambos os casos, o limite de 3% do imposto devido é calculado automaticamente pelo Programa Gerador do Imposto de Renda.

Importante: Você não pagará mais imposto nem terá sua restituição diminuída.

PESSOA JURÍDICA
desde que tributadas com base no lucro real, limitando-se a 1% do imposto devido. Seu contador saberá orientá-lo.

Destine parte do seu Imposto de Renda aos Projetos Socioeducativos do Larzinho via Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CONDECA (Incentivo Fiscal, Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90).

Projeto já aprovado pelo CONDECA: **“JiuJitsu como Prática de Educação, Cultura e Lazer, Certificado de Captação 305”.**

COMO?

- 1) Na Declaração de IR, preencha a ficha "Doações diretamente na declaração", clicar na opção "NOVO", "ESTADUAL", selecione "SP" e preencha o campo "Valor", que deverá ser igual ou menor ao "Valor disponível para doação" indicado na tela. Para finalizar imprima selecionando a opção "Darf - doações diretamente na declaração - ECA".
- 2) Envie cópias dos comprovantes (DARF e de pagamento) e da carta de direcionamento para o CONDECA através do e-mail: condeca@sp.gov.br, com cópia para presidente@larzinho.org.br (o modelo da Carta se encontra no site www.larzinho.org.br).

Muito obrigado!

Dúvidas ou esclarecimentos?
11 97515-1401 - Walter / 99261-0506 - Nakazone / 99772-0447 - Antonio

Larzinho
CASA JESUS. AMOR E CARIDADE
Desde 1995

Larzinho na rede
www.larzinho.org.br

CRESCIMENTO ACCELERADO

Só boas novidades: valor da Produção Agropecuária brasileira de 2021 deve registrar aumento real de 11,8%.

Marcus Frediani

Mais do que otimismo entre os players da cadeia, os resultados da produção agropecuária no Brasil nos últimos meses comprovam que o setor vem evoluindo de maneira bastante vigorosa, desenvolvendo uma dinâmica que nem a pandemia da COVID-19 consegue obstaculizar.

É o que mostram, com riqueza de detalhes os dados do mais recente relatório divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dando conta de que o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) brasileira, atingiu o valor de R\$ 1,11 trilhão em maio deste ano. A cifra é 11,8% superior ao obtido no mesmo período de 2020, que foi de R\$ 993,9 bilhões. As maiores contribuições para o crescimento são observadas em arroz, milho, soja e carne bovina, que tiveram dois anos consecutivos de forte aumento de preços reais.

Por sua vez, as lavouras tiveram um aumento do VBP de 15,8%. A pecuária, 3,8%. Essas duas atividades obtiveram neste ano o mais elevado valor em 32 anos. Os produtos que tiveram os maiores

acréscimos do VBP foram arroz (5,7%), milho (20,3%), soja (31,9%) e trigo (35,1%). Com crescimento mais modesto, encontram-se cacau e cana de açúcar. Os dados regionais do VBP continuam mostrando a liderança de Mato Grosso com participação de 17,2% no valor, Paraná 13,2%, São Paulo 11,2%, Rio Grande do Sul 10,8%, e Minas Gerais 10%.

Exportações em alta

Segundo o coordenador de Avaliação de Políticas e Informação da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, José Garcia Gasques, o crescimento do VBP pode ser atribuído ao excepcional desempenho das exportações de soja em grãos e carnes, preços favoráveis e a safra de grãos, que apesar de problemas de falta de chuvas ocorridos, mesmo assim alimentam as projeções da Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab) e do IBGE de que os números dessa próxima safra serão bastante expressivos. “Nesse cenário, o mês de maio deste ano registrou recorde nas exportações de produtos do agronegócio, com US\$ 13,94 bilhões, alta de 33,7% em relação a maio de 2020”, pontua Gasques.

De acordo com análise da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais



José Garcia Gasques,
coordenador de
Avaliação de Políticas
e Informação da
Secretaria de Política
Agrícola do MAPA

do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as vendas foram influenciadas pelo incremento nos preços internacionais das commodities. O índice de preço dos produtos do agronegócio exportados pelo Brasil aumentou 24,6%, enquanto o crescimento do índice de quantum foi de 7,3%. Contudo, os dados do MAPA apontam que apesar do forte incremento das exportações do agronegócio, a participação do setor diminuiu de 59,5% das exportações totais brasileiras (maio/2020) para 51,7% (maio/2021). Na outra ponta, as importações do agronegócio subiram, passando de US\$ 837 milhões (maio/2020) para US\$ 1,22 bilhão (maio/2021), com alta de 13,5%. Com isso, o saldo da balança ficou em US\$ 12,71 bilhões.

Os analistas apontam que a pandemia precipitou uma nova era de uso intensivo de commodities, na medida em que os governos enfatizam a criação de empregos e sustentabilidade ambiental, em vez de dar foco na instabilidade financeira desencadeada pela crise de 2008. “Além disso, a forte demanda chinesa permanece pressionando os preços de grãos, como milho e oleaginosas, destinados à recomposição e ampliação dos rebanhos

do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as vendas foram influenciadas pelo incremento



Foto: Arnaldo Alves/ANPr

suíno e de frango na China”, destaca o coordenador do Ministério.

Demanda chinesa

Nesse contexto, o complexo da soja continua como principal destaque, responsável por praticamente 60% do valor das exportações do agronegócio no mês passado. De acordo com o boletim da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), o cenário internacional da soja em grão reflete baixos estoques norte-americanos e elevadas aquisições chinesas.

As importações totais chinesas de soja em grão cresceram 12,8% em 2021, passando de 33,9 milhões de toneladas, entre janeiro e maio de 2020, para 38,2 milhões de toneladas na comparação

com o mesmo período deste ano. Em maio, a China foi o país que mais importou soja em grãos (11,2 milhões de toneladas), equivalente a 68% do total exportado pelo Brasil ou aumento absoluto de 1,1 milhão de toneladas em relação a maio de 2020. A União Europeia aparece na segunda posição com 1,552 milhão de toneladas (-8,8%), seguida pela Turquia com 730 mil toneladas (+74,5%).

Enquanto isso, as exportações brasileiras registraram volume recorde de 16,4 milhões de toneladas de soja em grão em maio (+16,3%). O montante e a elevação do preço médio de exportação (+34,5%; US\$ 447,73 por tonelada) geraram valor recorde de US\$ 7,34 bilhões nas exportações do produto (+56,3%); +US\$ 2,64 bilhões em valor absoluto. 🌱

Plano safra 21/22 amplia oferta de financiamentos

No dia 22 de junho, o Governo Federal lançou o Plano Safra 2021/2022, com R\$ 251,22 bilhões para apoiar a produção agropecuária nacional. O valor reflete um aumento de R\$ 14,9 bilhões (6,3%) em relação ao Plano anterior. O Tesouro Nacional destinou R\$ 13 bilhões para a equalização de juros. Os financiamentos poderão ser contratados de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A cerimônia ocorreu no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Jair Bolsonaro e da ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Do total, R\$ 177,78 bilhões serão destinados ao custeio e comercialização e R\$ 73,4 bilhões serão para investimentos. Os recursos destinados a investimentos tiveram aumento de 29%.

Na cerimônia de lançamento, a ministra Tereza Cristina disse que o atual Plano Safra deixará o agro brasileiro ainda mais competitivo, reforçando as práticas de uma produção cada vez mais verde, inclusiva e próspera. Também lembrou as soluções tecnológicas sustentáveis para ampliar a produção e melhorar a renda do produtor. “Nas próximas décadas, a produção agrícola mundial deverá crescer em sintonia com a conservação ambiental, porém sem descuidar dos ganhos de produtividade e da inclusão social. Graças à ciência e à inovação, o Brasil será protagonista desse processo”, afirmou, fazendo um desafio aos produtores rurais para que a próxima safra chegue a 300 milhões de toneladas de grãos.

Na mira da sustentabilidade

Para o próximo ciclo, o Plano Safra ficará ainda mais verde, com o fortalecimento do Programa ABC, do Inovagro e do Proirriga, abrangendo o financiamento à produção de bioinsumos, de energia renovável e à adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais e agricultura irrigada. O Programa para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), que é a principal linha para financiamento de técnicas sustentáveis, teve uma ampliação de 101% em relação aos recursos disponibilizados no Plano Safra anterior. A linha terá R\$ 5,05 bilhões em recursos com taxa de juros de 5,5% e 7% ao ano, carência de até oito anos e prazo máximo de pagamento de 12 anos. O Inovagro, voltado para o financiamento de inovações tecnológicas nas propriedades rurais, ficou com

R\$ 2,6 bilhões, e taxas de juros de 7% ao ano. Já o Proirriga – programa destinado ao financiamento da agricultura irrigada – terá R\$ 1,35 bilhão, com juros de 7,5% ao ano.

Além da ampliação dos financiamentos às práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, o Plano Safra 21/22 prevê o financiamento para aquisição e construção de instalações para a implantação ou ampliação de unidades de produção de bioinsumos e biofertilizantes na propriedade rural, para uso próprio. Também serão financiados projetos de implantação, melhoramento e manutenção de sistemas para a geração de energia renovável. O limite de crédito coletivo para projetos de geração de energia elétrica a partir de biogás e biometano será de até R\$ 20 milhões.

Sistemas agroflorestais

Por sua vez, os recursos para os pequenos produtores rurais tiveram um acréscimo de 19%, com R\$ 39,34 bilhões a serem destinados a financiamentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 3% e 4,5%. Para o médio produtor, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), foram disponibilizados R\$ 34 bilhões, um aumento de 3% em relação à safra passada. Novidades também relacionadas ao fortalecimento do Pronaf Bioeconomia, com a inclusão de financiamento para Sistemas Agroflorestais, construção de unidades de produção de bioinsumos e biofertilizantes e projetos de turismo rural que agreguem valor a produtos e serviços da sociobiodiversidade.

Complementarmente, os financiamentos para a construção de armazéns nas propriedades também tiveram um aumento significativo: serão destinados R\$ 4,12 bilhões, um acréscimo de 84%. O Plano Safra 21/22 também ampliou o aporte de recursos para o custeio de milho, sorgo e à atividade de avicultura, suinocultura, piscicultura, pecuária leiteira e bovinocultura de corte em regime de confinamento: R\$ 1,75 milhão (Pronamp) e R\$ 4 milhões para os demais produtores. No que tange ao Seguro Rural, a ampliação passa a mais do que dobrar a área segurada e número de produtores atendidos. Para 2022, a subvenção ao Prêmio do Seguro Rural será de R\$ 1 bilhão. Finalmente, o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) passará a incluir novos estudos para 12 culturas, além de mudanças estruturais na metodologia com a inclusão de seis classes de armazenamento hídrico para os solos e de níveis de manejo, bem como a implementação do ZarcPro, o zoneamento de produtividade.

Aplicação de defensivos agrícolas com uso de drones

De acordo com o engenheiro agrônomo, professor e pesquisador, Ulisses Antuniassi, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp / Botucatu-SP), os setores florestal e de cana de açúcar são aqueles que mais utilizam a técnica de sistemas de injeção de defensivos em pulverizadores, nas regiões Sul e Sudeste do país. “É uma questão de tempo para que esse método de utilizar os drones para a pulverização se firme também em Mato Grosso. Essas tecnologias vieram para ficar e já são realidade em muitos segmentos do agronegócio”, defende.



Foto: AgroEfeiva

Segundo o pesquisador, para garantir o potencial produtivo da lavoura, quanto ao uso e interpretação das imagens captadas pelos drones, o produtor e a equipe de trabalho devem se atentar, antes de qualquer decisão, às análises, mas que devem ser feitas de forma minuciosa e com preparo especializado.

Matéria faz parte da live do Circuito Master Meeting Soja, evento online promovido pela Proteplan,

Fonte: Assessoria de Imprensa - Cayron Henrique Fraga (66) 99633-0077

Recorde de Exportações Brasileiras

Neste mês de maio foi registrado o recorde nas exportações de produtos do agronegócio, com US\$ 13,94 bilhões, alta de 33,7% em relação a maio de 2020.

Houve um forte incremento nos preços internacionais das commodities. O índice de preço dos produtos do agronegócio exportados pelo Brasil subiu 24,6%, enquanto o índice de crescimento da quantidade foi de 7,3%.



Foto: Claudio Neves

Além disso, a forte demanda chinesa permanece pressionando os preços de grãos, como milho e oleaginosas, destinados à recomposição e ampliação dos rebanhos suíno e de frango na China.

O complexo soja continua como principal destaque, responsável por praticamente 60% do valor das exportações do agronegócio no mês passado.

Fonte: imprensa@agricultura.gov.br

Cresce o consumo de Energia Elétrica

Segundo dados publicados no boletim Infomercado Mensal da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em maio, o consumo de energia elétrica no Brasil foi 12,4% maior do que o registrado no mesmo mês do ano passado. O volume consumido alcançou os 62.121 megawatts médios (MW med). O mercado livre (ACL) registrou crescimento de 26,2%, enquanto o mercado regulado (ACR) apresentou alta de 6,2% em relação ao mesmo período de 2020.

Se desconsiderássemos as migrações entre ambientes, ou seja, expurgando o efeito das cargas que saíram do ambiente regulado para o livre, o ACR teria apresentado crescimento de 8,7%, enquanto o ACL aumentaria seu consumo em 20,6%.

Na análise regional, quase todos os estados encerraram o mês em alta, com destaque para Amazonas (21%), Espírito Santo (20%), Rio de Janeiro (16%), São Paulo (15%), Ceará (15%), Minas Gerais (14%), Bahia (14%) e Santa Catarina (14%). Apenas o Maranhão registrou queda (-1%). Vale lembrar que os dados são preliminares e sofrerão alterações até o encerramento da contabilização.

Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE



Pixabay

Energia solar em alta



Foto: Divulgação

A vigência da bandeira vermelha, tipo 2, para balizar as contas de luz, durante o mês de junho, tem levado muitos consumidores a buscar meios alternativos para aliviar os custos com a eletricidade.

Do outro lado a crise, que se dá por conta da escassez hídrica no setor elétrico e o uso em massa das termelétricas

fósseis, caras e poluentes, já eleva os gastos em todos os setores, tanto comercial quanto residencial

Com este quadro e segundo levantamento do Portal Solar, holding de energia solar no País, o interesse em projetos fotovoltaicos em telhados e pequenos terrenos cresceu 117% de janeiro a maio deste ano, período em que o País entrou na crise de abastecimento energético.

Fonte: Portal Solar- Assessoria de Imprensa

Petrobras vence leilão de energia



Foto: Ag. Petrobras

A Petrobras participou, dos Leilões de Energia Existente A-4 e A-5, tornando-se vencedora com a venda de 162,5 MW médios, da Usina Termelétrica Cubatão (SP).

No Leilão A-4, foram vendidos 98,3 MW médios ao preço de R\$ 151,15/MWh e, no Leilão A-5, foram comercializados 64,2 MW médios ao preço de R\$ 172,39/MWh. Este resultado garantiu uma receita fixa total de R\$ 67,8 milhões/ano até 2040, além das receitas variáveis que serão advindas do despacho da termelétrica durante o período dos contratos.

Tais certames tiveram como objetivo a contratação de energia gerada por usinas termelétricas movidas a carvão mineral nacional e gás natural, seja por ativos já existentes ou novos projetos, para suprir as demandas das distribuidoras que atendem o consumidor final. A venda de energia pela Petrobras nos leilões contribui para a estratégia da companhia de otimização do portfólio termelétrico com foco no autoconsumo e da comercialização do gás próprio.

A Petrobras continuará buscando novas oportunidades de venda de energia de seu parque gerador em leilões futuros a serem organizados pelo Ministério de Minas e Energia – MME, de forma a garantir a operação rentável das usinas e continuar atendendo à demanda de energia do país.

Fonte: Gerência de Imprensa / Comunicação e Marcas

ANUNCIANTES

Grips Editora	2ª Capa
Revista AgriMotor	15
LARZINHO - Casa Jesus. Amor e Caridade	35